

AMAZÔNIA: Conservação e uso do maior bioma brasileiro

Ana Luisa Albernaz¹, Mariana Soares², Edenise Garcia³

O bioma Amazônia se caracteriza por dimensões superlativas: ocupa quase 50% do território nacional; é onde se situa a maior bacia hidrográfica, com o maior volume de água doce do planeta; e representa o maior bloco contínuo de floresta tropical no mundo. Diferentemente dos outros biomas, cerca de 80% da Amazônia brasileira ainda está relativamente bem conservada assegurando seu papel de destaque na manutenção dos serviços ambientais, da biodiversidade, e da diversidade sociocultural.

Por todas essas características, o bioma representa uma grande oportunidade para a busca de formas de desenvolvimento capazes de conservar suas riquezas naturais e culturais. Aproveitar essa oportunidade é o desafio de todos: governo, sociedade civil, setor empresarial, comunidades, indivíduos. O desafio se expressa principalmente na interrupção da destruição florestal que, embora já tenha sido significativamente reduzida em relação a duas décadas, ainda coloca o Brasil entre os maiores emissores de gás carbônico, com conseqüente impacto sobre o aquecimento global. Das emissões brasileiras, cerca da metade é de origem florestal. Além disso, estudos têm revelado que as perdas de floresta podem ter um forte impacto sobre a ciclagem da água na região e sobre a manutenção da vazão dos rios. Ao reduzir a área foliar, a conversão da floresta em pastagens reduz enormemente a evapotranspiração, podendo ter efeitos drásticos no regime de chuvas, uma vez que metade das chuvas da Amazônia é atribuída à água reciclada através da floresta. A alteração no regime de chuvas deverá ser um dos principais responsáveis por uma possível savanização de grande parte do bioma, prevista nas simulações dos efeitos do aquecimento global. Estima-se que para a manutenção do atual regime de chuvas seja necessário manter cerca de 70% da cobertura florestal original. Quanto aos rios, sua recarga depende de área florestada no entorno dos corpos de água. A perda de recursos hídricos, já observada em bacias hidrográficas com maior proporção de área desflorestada, como a do rio Araguaia, deverá comprometer de maneira drástica a produtividade do bioma, inclusive agrícola.

Embora a biodiversidade amazônica receba hoje menos destaque na mídia que os serviços ambientais, é um dos atributos mais valiosos da região. A enorme área do bioma e a grande variedade de ecossistemas nele encontrados abrigam uma das maiores diversidades do mundo – mas a complexidade de seus ambientes e o pouco conhecimento sobre sua fauna e flora tornam difícil estimar números. Até hoje pesquisadores continuam a revelar espécies novas para a ciência e modificam os padrões de distribuição conhecidos para as espécies com uma frequência surpreendente. Apenas nos últimos quatro anos, pesquisadores do Museu Goeldi identificaram 301 espécies novas, que incluem até primatas. As novas espécies descobertas e a intensificação no uso de tecnologias para analisar as já conhecidas, com a provável identificação de novos princípios ativos, representam um enorme potencial

¹ Museu Paraense Emilio Goeldi

² WWF Brasil

³ TNC Brasil

econômico, principalmente para as indústrias farmacêuticas e de cosméticos. Adicionalmente, a forte dependência dos recursos naturais pela população rural e o impacto social das alterações ambientais também oferecem justificativas para os esforços para evitar sua perda.

A imensa diversidade sociocultural foi desenvolvida em um período de ocupação que já perdura por cerca de 11 mil anos. Hoje se sabe que as formas de ocupação e de uso do espaço e dos recursos naturais pelo homem ao longo desse tempo foram capazes de alterar a composição da vegetação, mas sem prejuízos à biodiversidade e aos serviços ambientais. Dessa forma, a diversidade social representa, além da manutenção da grande variedade de traços culturais e étnicos da Amazônia, a conservação de conhecimentos sobre a natureza e formas de manejo importantes para a manutenção da diversidade biológica. Tal aprendizado é um bem precioso que também precisa ser conservado.

A Amazônia ainda é uma das regiões com menor número de pesquisadores residentes e menores investimentos em ciência e tecnologia, o que dificulta uma utilização mais racional de seu potencial e um desenvolvimento regional com menor impacto sobre o ambiente. Muitos especialistas têm apontado que, devido à vulnerabilidade dos ambientes e à incerteza do limiar de tolerância do bioma, para evitar alterações mais drásticas e a perda do seu potencial produtivo, uma grande parcela dele deve ser conservada de alguma forma.

A criação de áreas protegidas (Unidades de Conservação – UCs, Terras Indígenas – TIs e Territórios Quilombolas – TQs) é considerada uma das medidas mais eficazes para a conservação das espécies, ambientes e serviços ambientais, bem como para a minimização de ameaças. Embora as UCs de proteção integral (UCPI) tenham maior eficiência, principalmente para a conservação das espécies ameaçadas, as UCs de uso sustentável (UCUS) e as Terras Indígenas adquirem grande significância devido à grande área que ocupam e ao seu papel relevante na manutenção dos serviços ambientais e da sociodiversidade. Na Amazônia existem atualmente 677 áreas protegidas, com um total de aproximadamente 215 milhões de hectares, o que representa 51% da área total do bioma. De acordo com os dados disponíveis no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, as TIs ocupam cerca de 26% do bioma, as UCUS 16,7% e as UCPI 8,7%. Assim, TIs e UCUS juntas totalizam mais de 42% do bioma.

O mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade é uma ferramenta criada pelo Governo Brasileiro em 2004, destinada a orientar as políticas públicas relacionadas a esses assuntos. Os mapas são elaborados por bioma e depois unificados para compor o mapa brasileiro. Em 2004, quando a ferramenta foi oficializada, o mapa criado em 1999 foi reconhecido como sua primeira versão. Para a Amazônia, foram feitas duas atualizações: a primeira em 2006 e a segunda em 2018.

O mapa de 1999 foi elaborado a partir de consultas a especialistas de diversos campos do conhecimento e a prioridade foi dada pela sobreposição de áreas consideradas importantes por diversos grupos de especialistas. As atualizações de 2006 e de 2018 já utilizaram a metodologia de planejamento sistemático para a conservação. Esta metodologia prevê a atribuição de alvos (espécies, ambientes ou processos) explícitos e mapeáveis e a utilização de um sistema de suporte à decisão para maximizar os alvos incluídos na rede de áreas protegidas.

Entre 2006 e 2018 houve novos avanços na elaboração do mapa: na quantidade e refinamento dos alvos que foram incluídos no processo (em 2006, por exemplo, havia poucos mapas de espécies disponíveis e confiáveis e um mapeamento mais grosseiro dos ecossistemas aquáticos); na utilização em 2018 de informação explícita de ameaças (estradas, desflorestamento, mineração, etc.) e benefícios (estoque de carbono e terras não destinadas). Também em 2006 houve maior influência dos participantes nas decisões e a troca de algumas áreas selecionadas pela ferramenta de suporte à decisão por outras que pareciam similares, mas que levou à perda de eficiência do conjunto de áreas priorizadas; já em 2018 foi dada maior ênfase à manutenção das áreas selecionadas na modelagem matemática no mapa final. Em comum, todos os processos envolveram a participação de grande número de especialistas em diversas áreas do conhecimento, de representantes de diferentes setores da sociedade (seringueiros, pescadores, indígenas, quilombolas, etc.), bem como de representantes do setor produtivo (elétrico, florestal, petróleo, etc.).

O mapa final de 2018 foi composto por 872 áreas novas e 677 áreas já protegidas. Enquanto em 2006 a principal proposição foi a de ampliar a rede de áreas protegidas, que aparecia como a principal ação designada às novas áreas, em 2018 as ações mais indicadas para as áreas novas foram “fiscalização e controle de atividades ilegais” e “recuperação de áreas degradadas”. Essas indicações trazem duas revelações importantes: a primeira é que o mapa é uma ferramenta de conservação com recomendações mais amplas, que vão muito além da criação de áreas protegidas; a segunda é de que o bioma continua sendo degradado e as consequências têm sido percebidas por aqueles que vivem e estudam a região.